

Conjuntura, eleições, defesa das universidades e da soberania nacional

Para a diretoria do APUBH, o papel de uma análise de conjuntura em uma assembleia como a nossa, realizada no momento em que vivemos, é o de articular as conjunturas internacional e nacional para nos situarmos no cenário eleitoral pelo qual passamos e, dentro dele, apontar uma agenda de lutas e prioridades de ação para a defesa da educação pública, das universidades federais e da categoria docente. Também é o de estabelecer a correlação de forças para realizarmos essa agenda e intervirmos na realidade. Por fim, uma análise de conjuntura e uma agenda de luta só fazem sentido sob uma perspectiva estratégica.

Uma perspectiva estratégica para o movimento docente na UFMG e a nível nacional

A diretoria do APUBH defende que nossa estratégia como categoria, neste momento, esteja orientada pela bandeira “Ciência para Todos, Soberania, Desenvolvimento e Inclusão”, que foi o tema da 78ª SBPC realizada em julho deste ano, em Niterói-RJ. Trata-se de uma bandeira que deve ser abraçada pela comunidade acadêmica progressista no Brasil, por segmentos organizados da classe trabalhadora brasileira e por todas as pessoas que compreendem a necessidade de superarmos nossa condição de país dependente, periférico, orientado por interesses do sistema imperialista comandado pelos EUA e atravessado por iniquidades sociais. No entanto, no mar agitado da história pelo qual estamos navegando, avançar em direção a esse horizonte estratégico impõe uma grande quantidade de desafios e riscos que precisam ser enfrentados.

Conjuntura internacional e cenário eleitoral

Estamos a pouco mais de um mês das eleições para o executivo e o legislativo estadual e federal, que podem manter a esperança de recuperação ou restaurar a agonia da violência simbólica e da negligência material das universidades públicas iniciada no Golpe do Impeachment de 2016 e operante até 2022. Por isso, todo professor, cientista e pesquisador brasileiro, que seja capaz de enxergar além do chão em que pisa, precisa se posicionar e atuar nestas eleições. O Brasil não pode voltar para a longa e sufocante noite sombria do período Bolsonaro, mas nós claramente corremos um enorme risco de que isso ocorra, dado o fato de que os EUA de Donald Trump escancararam seu projeto de retomada e intensificação da doutrina Monroe e o candidato Flávio Bolsonaro declara que os EUA comporão sua equipe de transição de governo. Em 2026, vivemos uma eleição fortemente marcada pela intervenção dos EUA na América Latina, dada a importância que eles atribuem ao controle do hemisfério ocidental, em resposta aos primeiros sinais de declínio de sua hegemonia em todo o planeta.

Retomando o que ocorreu entre os anos de 2018 a 2022, uma eventual volta da extrema-direita brasileira ao poder executivo federal implicará na retomada da criminalização das universidades, que foram consideradas e tratadas como lugar de balbúrdia e até de produção de drogas. Para relembrar apenas um episódio desse período sombrio, podemos resgatar a declaração dada pelo ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, que afirmou serem os laboratórios de química de universidades

federais locais de fabricação de drogas sintéticas e apresentou, obviamente sem provas, o Departamento de Química da UFMG como exemplo.

Além da desvalorização e humilhação pública das nossas universidades, que uma eventual vitória da extrema direita nas eleições de 2026 do Brasil traria de volta, tal vitória selaria a absurda restrição da economia do nosso país à condição de mera exportadora de commodities agropecuárias e minerais, para atender de forma unilateral à sanha estadunidense por nossas imensas riquezas, dentre as quais estão o petróleo, os minerais críticos e a biodiversidade. Neste modelo neocolonial primário-exportador, o papel estratégico que as universidades e os institutos de pesquisa podem realizar em prol de uma “Ciência para Todos, da Soberania, do Desenvolvimento e da Inclusão” perde o sentido como parte de um projeto de país.

A perspectiva de volta da extrema-direita ao executivo federal é uma ameaça séria ao serviço público em geral e às universidades federais. O governo Bolsonaro perpetrou ataques sistemáticos, tanto simbólicos, quanto materiais, às universidades públicas, pois colocou em funcionamento um projeto abertamente negacionista que atacou as ciências e tentou inviabilizar a produção do conhecimento científico.

Durante a pandemia da COVID 19, o Brasil destacou-se globalmente com os piores indicadores de saúde, com elevadas taxas de mortalidade, em função da orientação negacionista do desgoverno Bolsonaro. Foram 700 mil mortes por COVID 19, divulgadas pelo Ministério da Saúde, entre 2020 e 2023. Com base no relatório de ‘Estatística Mundiais de Saúde’ (ONU 2026), levando-se em conta subnotificações e mortes associadas à COVID 19, esse número absurdo pode alcançar 2,1 milhões. Práticas recomendadas pela ciência como distanciamento social, uso de máscaras, vacinas, foram negligenciados e ao contrário foram veiculadas mentiras e *fake news* em profusão. A disseminação de desinformação foi conduzida enquanto prática de governo, em vários campos, ameaçando a democracia e a vida.

Longe de ser um acidente histórico, o apoio da burguesia à extrema-direita é a expressão dos limites e das contradições da democracia liberal burguesa. É a crise de representatividade e de confiança nesse tipo de democracia que dá à extrema-direita seu grande apelo popular. Um exemplo cabal desse processo ocorre hoje nos próprios EUA, antes propalado (falsamente, diga-se de passagem) como modelo de “democracia”.

Hoje os EUA são governados por um expoente da extrema-direita mundial com amplo apoio do segmento hegemônico da burguesia estadunidense concentrado nas cinco grandes empresas de tecnologia da informação, cujos donos se converteram à extrema-direita e atuam como braços econômicos e tecnológicos da articulação mundial desse fenômeno político decorrente da crise estrutural do capital. O ataque às universidades de um eventual novo governo do clã Bolsonaro no Brasil pode ser ainda mais intenso que o vivenciado entre 2018 e 2022, dado que, desde o início do

segundo governo Trump nos EUA, houve uma escalada antes inimaginável de casos de censura, violência verbal e cortes de financiamento às universidades estadunidenses.

A correlação de forças para afirmar um projeto de país soberano

Para situarmos a correlação de forças atual para a afirmação de um projeto de país comprometido com a soberania nacional e as universidades públicas, nós precisamos entender as características da burguesia que atua no Brasil. Hoje, ela está localizada no setor do agronegócio, da mineração e do mercado financeiro e seu projeto político - estampado nos editoriais da mídia burguesa - é, claramente, o da nossa submissão aos interesses estadunidenses. É essa a razão pela qual essa burguesia atua como inimiga da produção de conhecimentos em ciência, tecnologia, artes e cultura, bem como do desenvolvimento de nossas forças produtivas, que é justamente a perspectiva de futuro na qual as universidades públicas e de qualidade socialmente referenciada podem realizar sua maior contribuição.

Florestan Fernandes nos ensinou a não ter ilusões com a burguesia que atua no Brasil e que devemos evitar chamar de burguesia “brasileira”. Os países de origem colonial que, como o Brasil, foram inseridos posteriormente no modo de produção capitalista, passaram por formas de desenvolvimento controlado de fora e voltado para fora, em que enormes parcelas da riqueza nacional continuaram sendo transferidas para o exterior, tal como ocorreu no período em que esses países foram colonizados. As classes burguesas dos países centrais forjaram uma transformação capitalista nos países periféricos baseada na constituição de uma burguesia local ciente de que a dominação externa era a garantia e a legitimação de seu poder interno fortemente **antinacional**, **antipopular** e **antidemocrático**. Por isso, a burguesia aqui situada jamais assumiu qualquer compromisso nem mesmo com um projeto de nação, quanto mais com um projeto de nação soberana. Sendo assim, se não devemos manter a ilusão de que a burguesia que atua no Brasil agirá como nossa aliada em um projeto de país soberano e na defesa da universidade pública de qualidade socialmente referenciada, devemos atuar junto aos setores da classe trabalhadora organizada para tornar possível um país com ciência para todos, soberania, desenvolvimento e inclusão.

O Brasil e o movimento dos EUA em busca da manutenção de sua hegemonia

Para preservar sua hegemonia, os EUA iniciaram um agressivo e generalizado protecionismo comercial e intensificaram o uso de sua capacidade militar para impor seu domínio sobre o mundo, ao mesmo tempo em que esse país começou a enfraquecer o sistema imperialista que havia montado no pós-guerra e que foi baseado em instituições internacionais como a OCDE, a OMC, o Banco Mundial, o FMI e a ONU. Até mesmo a OTAN passou a ser abertamente criticada por Donald Trump que pressionou sobre seus vassalos europeus a aumentarem os investimentos em gastos militares e, conseqüentemente, os lucros da indústria armamentista estadunidense, sob o argumento de lógica transacional de que os EUA não podem mais sustentar “sozinhos” a segurança europeia, que remete à ideia de que os europeus precisam pagar pela proteção que recebem.

Um dos objetivos estratégicos dos EUA na atualidade é ter acesso amplo e sem a necessidade de estabelecer negociações ou oferecer contrapartidas aos países que detêm os recursos naturais mais cobiçados na atualidade: minerais críticos essenciais para a mudança da matriz energética fundamental para redução das emissões de carbono, para fabricação de equipamentos militares de última geração, para a produção de chips que estão na vanguarda da disputa tecnológica nas indústrias aeroespacial e da inteligência artificial, água para consumo humano e resfriamento de data centers, biodiversidade para a bioeconomia e biotecnologia, além do petróleo que continua sendo a principal fonte da energia consumida no planeta e a matéria-prima fundamental de uma vasta gama de produtos essenciais, tais como fertilizantes, plásticos, produtos farmacêuticos, produtos têxteis e uma enorme quantidade de produtos essenciais para toda a indústria química. O outro objetivo estratégico dos EUA é limitar o acesso da China a tais recursos, assim como o desenvolvimento tecnológico e industrial chinês e o peso da economia do país rival no mundo.

A mera apresentação dessa lista de recursos naturais cobiçados pelos EUA reforça a tese apresentada em um artigo de José Luís Fiori¹, publicado no site A Terra é Redonda, de que “a grande batalha geopolítica sul-americana será travada no Brasil neste segundo semestre de 2026”. Para detalhar ainda mais a imensa riqueza econômica do nosso país seguem alguns dados. O Brasil possui a segunda maior reserva do mundo de minerais críticos. Temos a 2ª maior reserva de terras raras e a 2ª maior reserva de grafita do mundo. Temos a maior reserva de nióbio e a 6ª maior reserva de lítio. Temos ainda uma das matrizes energéticas mais limpas do planeta, com as fontes renováveis atendendo a quase 45% de toda nossa demanda de energia primária. Mais de 80% da nossa eletricidade é proveniente de hidrelétricas, mas esse índice pode aumentar com a expansão da oferta de energia solar e eólica. Temos uma das maiores reservas de água doce do planeta, embora sua distribuição seja desigual em nosso território e existam processos de redução da oferta e da qualidade da água decorrentes da intensificação dos fenômenos climáticos e da degradação ambiental resultante de ações predatórias do agronegócio e da exploração mineral.

Além de tudo isso, o PIB do Brasil, que é a riqueza produzida pela classe trabalhadora, equivale a pouco mais da metade de todo o PIB da América do Sul. Esse dado já nos coloca como uma potência econômica regional e demonstra o enorme potencial de nosso desenvolvimento. Podemos, por essa razão, nos tornar sérios entraves ao projeto dos EUA para a América Latina, apenas por defender nossos próprios interesses e por não nos alinharmos automaticamente aos ditames de Washington. A chave para transformarmos nosso potencial de desenvolvimento em realidade depende, justamente, da reafirmação da nossa soberania, que passa por investimentos em ciência e tecnologia. É justamente por isso que as universidades brasileiras são um empecilho ao projeto dos EUA para o nosso país.

Há relativo consenso, mesmo no seio da imprensa burguesa no Brasil, de que a afirmação da nossa soberania pelo presidente Lula foi um fator que contribuiu para a melhoria da aprovação de seu

¹ FIORI, José Luís. Na mira da geopolítica dos EUA – Brasil, Irã, Cuba. A Terra é Redonda, 16 jul. 2026. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/na-mira-da-geopolitica-dos-eua-brasil-ira-cuba/>. Acesso em: 31 jul. 2026.

governo. No primeiro semestre de 2026, antes do anúncio do “Tariflávio”, o presidente brasileiro esteve reunido com o presidente dos EUA e declarou abertura do Brasil para investimentos norte-americanos em nosso país e interesse em negociar projetos de benefício mútuo. Todavia, esse tipo de oferta não condiz com os objetivos neocoloniais estadunidenses para o hemisfério ocidental, que foram abertamente declarados em um documento publicado pelos EUA em 4 de dezembro de 2025 com a nova Estratégia de Segurança Nacional estadunidense. A nova doutrina anuncia a necessidade de dominação total dos EUA sobre o hemisfério ocidental, justifica intervenções estadunidenses para controlar recursos e estabelece mecanismos para punir governos independentes e recompensar aliados subservientes. Estão previstos o uso de força militar, a coerção econômica e a interferência política para reafirmar o controle do hemisfério em benefício dos EUA.

O documento, literalmente, declara que os EUA “recompensarão e encorajarão os governos, partidos políticos e movimentos da região amplamente alinhados” com os princípios e a estratégia norte-americana”. O documento também deixa claro que o acesso estadunidense amplo e sem restrições aos recursos estratégicos do hemisfério ocidental é uma prioridade máxima para o país. Esse documento reforça o que Fiori (2026, *idem*) destaca ao afirmar que o governo norte-americano não oferece mais nenhum tipo de projeto, estratégia ou utopia de desenvolvimento nacional aos países que pretende subjugar. **Todo esse conjunto de acontecimentos, por sua vez, torna ainda mais imperativa uma luta unitária e internacionalista pelo respeito à autodeterminação dos povos e contra o imperialismo estadunidense, que ameaça todo o Sul Global e, especialmente, os países latino-americanos.**

Combinada à escalada de novas ações militares dos EUA sobre o resto do mundo, as grandes corporações de tecnologia da informação situadas naquele país atuam como agentes imperialistas, com forte poder para interferir na governança e nos processos eleitorais dos países da América Latina, como pôde ser visto nas últimas eleições presidenciais dos países da região. O próprio Trump, por outro lado, aparece entre as figuras mais impopulares do mundo, inclusive no Brasil. Essa é, portanto, uma contradição que devemos explorar.

Agenda de lutas e prioridades para a defesa das universidades e da categoria docente

A agenda de lutas para a defesa da educação pública, das universidades federais e da categoria docente é a agenda da defesa de investimentos na produção de conhecimentos em ciência e tecnologia, a soberania de nosso país e o desenvolvimento de nossas forças produtivas voltadas para a inclusão social. Por sua vez, reivindicar que governos e partidos políticos abracem tal projeto é a obrigação de movimentos sindicais, populares e de todas as pessoas comprometidas com a superação da nossa condição periférica e das iniquidades sociais que nos dilaceram como país, em toda nossa formação social.

Sob o ponto de vista de qualquer perspectiva futura de soberania voltada para os interesses nacionais e para a ampliação dos direitos da classe trabalhadora e da nossa categoria docente, os dois únicos candidatos eleitoralmente viáveis na disputa representam dois projetos radicalmente distintos. De um

lado, um candidato faz clara defesa da soberania, o que não nos exime como nação de percorrer um longo caminho para construí-la. De outro lado, um candidato representa e realiza uma traição aberta e descarada aos interesses nacionais, aos direitos da classe trabalhadora, bem como à sobrevivência do serviço público, das universidades federais e da produção de conhecimentos em ciência, tecnologia, arte e cultura. De um lado, temos um candidato para o qual o Estado deve aumentar impostos sobre os super ricos para prover o conjunto da sociedade de oportunidades e serviços. Do outro lado, um candidato ultraliberal que imita o ignóbil presidente argentino e a sua serra elétrica para dizer que o Estado é uma máquina corrompida e corruptora que deve ser erradicado, escondendo o fato de que defende um Estado mínimo para a classe trabalhadora e um Estado máximo para a burguesia.

A partir de toda a argumentação apresentada neste texto de análise de conjuntura da diretoria do **APUBHUFMG+**, nosso apontamento é claro: apoiar a chapa majoritária composta por Lula para presidente, Patrus para governador, Áurea e Marília para senadoras, além de apoiar candidaturas proporcionais de deputada(o)s associada(o)s à chapa majoritária encabeçada pelo presidente Lula. Trabalhar pela eleição dessas duas candidatas ao Senado e de deputada(o)s comprometida(o)s com a valorização dos serviços públicos é fundamental para alterarmos a atual correlação de forças no Congresso Nacional, cuja parcela hegemônica se comporta, claramente, como inimiga do povo brasileiro, dos serviços públicos, das universidades federais e da categoria docente.

Belo Horizonte, 28/08/2026